



EDITORIAL

Reforma da legislação dos contratos colectivos

É mais do que no interesse próprio político da organização!

No do debate sobre a reforma da legislação dos contratos colectivos de trabalho, fica-se com a impressão de que se trata mais dos interesses organizacionais de vários sindicatos. Mas é muito mais do isso. As condições salariais e de trabalho de cerca de metade da totalidade dos trabalhadores no estatuto dos trabalhadores e no estatuto dos empregados privados vão ser regulamentadas através de contratos colectivos. Na grande maioria destes contratos, o OGB♦L é o responsável como sindicato mais forte não só dos trabalhadores como dos empregados privados. Mas para além destes, muitos outros trabalhadores tiram proveito, indirectamente, dos resultados da política de contratos colectivos do OGB♦L. Por exemplo, os trabalhadores que ganham apenas o ordenado mínimo e que totalizam ainda quase 16% do número total de trabalhadores no Luxemburgo. De 2 em 2 anos, quando as pensões são ajustadas aos aumentos salariais, discute-se também se o salário mínimo deve ou não ser aumentado. A referência para estas discussões é o aumento salarial médio, que é influenciado, essencialmente, pelos resultados da política de contratação colectiva. Para os anos 2000 e 2001, os cálculos oficiais deram um resultado de um aumento de 3,5%. Se, portanto, o salário mínimo também sofrer um aumento de 3,5%, isto é um resultado indirecto da política de contratação colectiva que é influenciada pela autoridade do OGB♦L. Este aumento não é, no entanto, um resultado automático, tem que ser concretizado. Isto requer sindicatos fortes. São os trabalhadores que sofrem as consequências da divisão, mesmo quando esta tem por base pretextos democráticos. Por isso exigimos uma reforma que dá mais força aos sindicatos, que lhes dá mais possibilidades de negociação e que garante que a vontade da maioria dos trabalhadores, aos quais se refere o contrato colectivo, será respeitada.

Jean-Claude Reding

ACTUALIDADES

Vem aí a novo contrato colectivo

No OGB♦L, prevê-se mais estabilidade para a paz social

Vem tarde mas mais vale tarde que nunca: A nova lei sobre os contratos colectivos de trabalho. Há anos que o OGB♦L vem insistindo numa modernização e numa maior abrangência desta lei e isso não apenas desde que o inquérito sobre a representatividade nacional dos sindicatos indica, cada vez mais insistentemente, a necessidade de novas directrizes e critérios claramente definidos.

O nosso sindicato espera que, com a nova lei, o papel dos representantes nacionais dos sindicatos fique reforçado e que, em consequência, a política de contratação colectiva possa ser um factor importante e estável para a paz social no nosso país.

O OGB♦L congratula-se com o facto de o presente decreto impedir definitivamente a constituição dos chamados "sindicatos

internos" conseguindo, dessa forma, a anulação definitiva da dispersão do movimento dos sindicatos.

O nosso sindicato apoia também a condição contida no projecto, de os contratos colectivos daí resultantes apenas poderem ser negociados e assinados pelos sindicatos e não internamente, por exemplo, por "delegados" seleccionados pelo patronato.

Tal como o OGB♦L exigiu, o projecto requer novas possibilidades de negociação e clarifica os procedimentos, decididos pelo comité de mediação, a serem postos em prática em caso de disputa.

Em resumo, este projecto oferece, na opinião do OGB♦L, uma boa base para a modernização e a melhoria da legislação relativa à contratação colectiva.

SUMÁRIO

É MAIS DO QUE NO INTERESSE PRÓPRIO POLÍTICO DA ORGANIZAÇÃO! PÁGINA 1

No OGB♦L, prevê-se MAIS ESTABILIDADE PARA A PAZ SOCIAL PÁGINA 1

O OGB♦L CONSEGUIU MUITO PÁGINA 2

UM SUCESSO TOTAL PÁGINA 3

O SALÁRIO MÍNIMO VAI SER AUMENTADO! PÁGINA 3

COMO FAZER PARA NOS CONTACTAR?

OGB♦L

60, bd J.F. Kennedy

L-4170 Esch-sur-Alzette

Tél.: 54 05 45-1

Fax: 54 16 20

BUREAUX RÉGIONAUX

♦ Luxembourg L-1490

19, rue d'Epemay

Tél.: 49 60 05-1

Fax: 48 69 49

e-mail:

regionale.luxembourg@ogb-l.lu

♦ Differdange L-4620

4, rue Emile Mark

Tél.: 58 82 86

Fax: 58 34 56

e-mail:

regionale.differdange@ogb-l.lu

♦ Dudelange L-3441

31, avenue G.-D. Charlotte

Tél.: 51 50 05-1

Fax: 51 50 05-29

e-mail:

regionale.dudelange@ogb-l.lu

♦ Ettelbruck L-9052

6, rue Prince Jean

Tél.: 81 90 01

Fax: 81 97 13

e-mail:

regionale.ettelbruck@ogb-l.lu

♦ Rodange L-4818

72, avenue Dr. Gaasch

Tél.: 50 73 86

Fax: 50 44 81

e-mail:

euresrr@pt.lu

INTERNET

♦ <http://www.ogb-l.lu>

E-MAIL

♦ ogb-l@ogb-l.lu

Política social, por exemplo, nas caixas de doença

O OGB♦L conseguiu muito



O trabalho dos sindicatos é multi-facetado. Engloba, no sentido mais lato, **todas as pessoas**. E actua não apenas nos locais de trabalhos, nas empresas, mas também **em toda a vida das pessoas**.

O seu objectivo é o bem-estar das pessoas as pessoas que trabalham **em todos os campos** da vida profissional.

Há dezenas de anos que o OGB♦L está inserido, como o maior **sindicato representativo**, em todas as estruturas, organizações e grémios de parcerias sociais nas quais são tomadas decisões que podem ter influência no **bem-estar das pessoas que trabalham**.

Por exemplo, nas **caixas de doença**. Para a reunião geral deste ano, que se realizou a 15 de Novembro, surgiu mais uma vez a pergunta altamente interessante: O que se passa com as **finanças** das caixas de doença?

René Piffaferri, membro do conselho executivo e reconhecido especialista do sector social no OGB♦L, afirma a esse respeito: "O **Orçamento para 2003** das caixas de doença está em **situação de equilíbrio** devido, unicamente, a um elevado

excedente dos pagamentos em espécie, enquanto no campo dos **subsídios de doença** se registou, sobretudo junto dos **operários**, um **défi ce significativo**".

Seria importante conseguir colocar todos os **sectores em situação de equilíbrio**; para tal é necessário, acima de tudo, tentar detectar as razões para o facto de o volume dos pagamentos dos indemnizações de doença subir continuamente para os trabalhadores.

Um **aumento das contribuições** está, para já, completamente fora de questão para o OGB♦L.

No que se refere aos operários, relativamente ao défi ce dos pagamentos dos indemnizações de doença, René Piffaferri lembra que a prática restritiva do reconhecimento de invalidez, em vigor desde 1997, sobrecarregou as caixas com um encargo adicional de cerca de **300 milhões de LUF** por ano. Mas tal deverá ser reposto em equilíbrio por meio da nova lei.

René Piffaferri comenta ainda, a esse respeito, que o Ministro da Saúde revelou recentemente, que o Conselho de Ministros, embora tive **rejeitado a pretensão dos médicos** relativamente uma **desconvenção lização** parcial, depois dos sindicatos terem lutado energicamente contra, estaria a considerar o aumento dos **honorários dos médicos** e uma alteração da **nomenclatura**.

Uma tal decisão, que deverá entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro do ano que vem sob a forma de lei, iria sobrecarregar as caixas de doença com um **encargo adicional** de cerca de **500 milhões de LUF** ao ano, sa-

lienta René Piffaferri, que a esse respeito comenta que, com esta decisão, o Governo cada vez se distancia mais da sua anterior afirmação (Quadripartite 1999), de que também a classe médica tinha que dar a sua contribuição para a **redução do défi ce** das caixas de doença.

Os **médicos** teriam recusado sistematicamente tal contribuição e agora iriam ser contemplados com um mais um **bónus** de 500 milhões, sendo que a exigência relativamente à desconvenção lização ainda não tenha saído da mesa das negociações pois vários médicos ameaçaram apresentar queixa ao Tribunal dos Direitos do Homem em Estrasburgo.

A **lei sobre a invalidez**, que entrou em vigor a 1 de Outubro, para além do problema do reconhecimento da invalidez, **eliminou outras ilegalidades**. Por isso foram alterados dois textos das disposições complementares.

Num lado foi abolida a **decisão anti-acumulação** que, até agora, determinava que os desempregados que coabitassem com outra pessoa que auferisse o seu próprio rendimento, só teriam direito a **metade do subsídio de desemprego**. O que significa que cada desempregado tem agora direito **individual** ao apoio.

No outro lado, a **protecção contra despedimento em caso de doença** está regulamentada de forma que agora também os **empregados** têm direito a um **pré-aviso de seis meses** em caso de doença. Até agora os trabalhadores, em caso de doença, não podiam ser despedidos durante seis meses, ao passo que este prazo, relativamente aos empregados, estava limita-

do apenas a três meses e ao mês começado.

Por último, René Piffaferri comenta ainda sobre o assunto que foi graças à intervenção do OGB♦L que os **custos** da chamada **"anesthésie péridurale"**, uma injeção que permite às mulheres dar à luz sem dores, serão, de futuro, suportados pela caixa de previdência.

Também no caso da **reforma dos seguros de acidente** o OGB♦L pretende conseguir que a decisão do **subsídio de acidente** ser atribuído em função do **valor do rendimento** seja, de futuro, anulada.

"Um sistema completamente injusto", salienta René Piffaferri que, a título de exemplo, refere o facto de, de acordo com esta decisão, as indemnizações por perda de um dedo num **trabalhador que ganhe o ordenado mínimo** ou num que ganhe um **ordenado máximo** são substancialmente diferentes.

Por isso, o OGB♦L quer agora conseguir que, em caso incapacidade para o trabalho, seja paga a **perda de salário por inteiro**, ao mesmo tempo que teria que ser assegurada uma **indenização por danos corporais por acidente** adequada e socialmente justa.

O OGB♦L apela assim novamente ao Governo que, **finalmente aprove a lei** correspondente, para a qual existe já um parecer do "Comité économique et social".

René Piffaferri solicitou também ao Ministro dos Recursos, por carta, que **reduzisse as contribuições para os seguros de saúde** a partir de 1 de Janeiro de 2003, uma vez que as reservas financeiras há muito que ultrapassaram o limite estabelecido por lei.

"Rassemblement" dos delegados do pessoal do OGB♦L junto do Parlamento

Um sucesso total



Por motivos de actualidade, o nosso "Rassemblement" por mais direitos para os delegados do pessoal, que estava inicialmente previsto para o dia 22 de Outubro, teve que ser antecipado para o dia 16 de Outubro, ou seja, o dia em finalmente se deu o debate sobre orientação que há anos vinha a ser reclamado. O facto de a nossa manifestação, com mais de 300 representantes seleccionados dos trabalhadores junto do Parlamento, e apesar do curto-prazo de pré-aviso de antecipação, ter sido, mesmo assim, um sucesso total, indica que se tratava de um problema importante. Desta vez não se tratou de condições salariais e de valores materiais mas sim de nos fazermos ouvir. Portanto, no centro das exigências estava a melhoria dos direitos e dos meios dos sindicatos para poderem negociar mais eficaz-

mente e defender mais eficientemente os interesses dos trabalhadores.

Para que a democracia nas empresas obtenha finalmente um enquadramento legal actualizado

A lei sobre as delegações de pessoal data de há quase um quarto de século, a lei sobre os concelhos de empresa mistos também. Neste período de tempo, o mundo sofreu mudanças fundamentais, a lei sobre as delegações de pessoal tem que ser modernizada, precisada e mais desenvolvida. Acima de tudo, a protecção dos delegados tem que ser formulada de forma que esta protecção não seja só consagrada no papel mas que proteja efectivamente o delegados do pessoal de ser despedido. Estamos agora a apenas um ano das elei-

ções sociais de Novembro de 2003. O tempo urge.

Uma boa abordagem mas porquê esperar até ao fim de 2003?

Devido a pressão do OGB♦L começa finalmente a haver movimento no dossier. Mesmo que nos possamos congratular com as tomadas de posição dos partidos da oposição, que defendem em unísono uma consolidação do diálogo social bem como o desenvolvimento o direito de cogestão, continua a ser lamentável que, numa moção de ambos os partidos da maioria no Parlamento, o Governo seja apenas forçado a apresentar, até ao fim de 2003, um projecto de lei, mesmo que este venha a ser trabalhado com base numa consulta exhaustiva aos parceiros sociais.

A nossa manifestação de 16 de Outubro, a carta bem como as resoluções do Congresso de 1999 sob a forma de Memorando que apresentámos ao presidente do Parlamento e aos deputados, foram o ponto alto preliminar da nossa mobilização.

A segunda parte da fase de mobilização foi decidida pelo conselho executivo nacional do OGB♦L de 19 de Novembro. O seu delegado do pessoal do OGB♦L informa-lo-á das medidas subsequentes.

A pressão sindical dá resultado

O salário mínimo vai ser aumentado!

No final de Março de 2001, o número de pessoas a receber o salário mínimo no Luxemburgo era de 36.420 (homens e mulheres, sendo as mulheres a mais representadas). Para que estes trabalhadores, que não podiam tirar partido dos aumentos salariais decorrentes de contratos colectivos e que estavam, na sua maioria, excluídos das recentes reduções de impostos, possam também ter a sua parte do crescimento económico do ano 2000-2001, há meses que o OGB♦L reclama um aumento substancial do ordenado mínimo.

O ajuste bi-anual do ordenado mínimo ao desenvolvimento dos salários e dos ordenados não é automático

Sob pressão do OGB♦L, o Conselho de Ministros aprovou recentemente o aumento de 3,5% no salário mínimo, para compensar o atraso relativamente ao aumento dos salários e ordenados. Se vai chegar ao aumento adicional, excepcional pretendido (para refrescar a memória: em 1991 foi a última vez que se registou um aumento deste tipo, na ordem dos 7,5%), está, de momento, ainda em discussão.

Embora a percentagem definitiva do aumento não fosse ainda conhecida no momento da impressão, o aumento disponibilizado pode ser encarado como um princípio para a melhoria da precária situação financeira de quem auferir o ordenado mínimo no próximo Luxemburgo.

Mais informações na próxima edição do Direkt.

RETROSPECTIVA

Colocada a primeira pedra do IFSB (Institut de Formation sectoriel du bâtiment SA)

A 18 de Setembro de 2002 foi colocada pela Federação dos empresários de construção, a união entre os empresários de construção e dos sindicatos, a primeira pedra para o desenvolvimento profissional no sector da construção. O Instituto de Formação Profissional Avançado prevê quatro níveis de formação e cobre desde o nível básico para principiantes até ao nível da formação para especialistas e responsáveis da construção.

Mais informações através do Sindicato da Construção do OGB♦L / Tel.: 54 05 45-293

Primeiro contrato colectivo no CORA em Foetz

Após difíceis conversações, o OGB♦L conseguiu, no dia 11 de Outubro de 2002, como líder sindical do CORA Foetz, fechar o primeiro contrato colectivo que, a par das habituais tabelas salariais, contém também uma série de vantagens não regulamentadas por lei. Como, por exemplo, descontos nas compras, férias e dias de folga adicionais, um prémio no fim do ano, a protecção às famílias mono-parentais com rendimentos reduzidos, ... etc. Mais informações através do Sindicato do Comércio do OGB♦L / Tel.: 54 05 45-268

IMPRESSUM

Direct est une publication périodique de l'OGB♦L
60, bd J.F. Kennedy
L-4170 Esch-sur-Alzette
Tirage: 68.000 exemplaires
Editeur responsable:
John Castegnaro, Président
Impression: Polyprint s.a.,
Esch-sur-Alzette

RETROSPECTIVA

📧 **Horários de encerramento das lojas: Não à arrogância ministerial**

Com grande espanto, o OGB♦L chegou à conclusão que o Ministro Boden – a pedido da federação do comércio – tinha prolongado o horário de funcionamento das lojas das 18:00 até às 20:00 na véspera do feriado de Todos-os-Santos, e isso apesar da lei de 19 de Junho de 1995 prever que as lojas encerrem às 18:00 aos Sábados e vésperas de feriados.

Dado que esta atitude, tão antagónica aos interesses de milhares de assalariados do sector do comércio, resulta num novo agravamento das suas condições de trabalho, o OGB♦L exige que, de futuro, a Concertação Social se faça segundo o modelo luxemburguês, ou seja, numa base tripartida (patronato, sindicatos e governo) com o objectivo de estabelecer regulamentos de cumprimento obrigatório no que se refere aos horários de funcionamento no sector do comércio. **Mais informações através do Sindicato da Comércio do OGB♦L / Tel.: 54 05 45-268**

📧 **"Bien-être au travail" (Bem-estar no trabalho), um colóquio internacional no Centro de formação IFES em Remich, 3 a 5 de Outubro de 2002**

O motivo para a realização desta reunião de trabalho para os delegados do sector da Segurança do OGB♦L, que girou em torno da segurança, da saúde e do bem-estar no trabalho, foi um estudo realizado pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, realizado no ano 2000, que demonstra que, ao longo dos últimos dez anos, as condições de trabalho se deterioraram. Só será possível chegar-se a uma solução se empregadores e empregados unirem esforços no sentido do bem-estar no local de trabalho. Deste ponto de vista, os delegados do pessoal assumem um papel importante, pois são eles que têm que zelar pelo cumprimento, por parte da empresa, das normas de segurança e de saúde no local de trabalho. Daí também a exigência do OGB♦L no sentido de se atribuírem aos delegados de segurança direitos claramente definidos que lhes permitissem tomar medidas urgentes em vez de serem que se limitam a dar pareceres não vinculativos. **Mais informações através do Centro de Formação IFES em Remich / Tel.: 26 66 13-1**

**Para mais informações
sobre a OGB♦L em geral,
consulte-nos na internet:
<http://www.ogb-l.lu>**



COMO TORNAR-SE MEMBRO DA OGB♦L?

Dirija-se por favor ao representante do pessoal OGB♦L, num dos gabinetes da OGB♦L (ver endereços na página 1), envie um e-mail a ogb-l@ogb-l.lu ou envie o boletim seguinte para **OGB♦L - B.P. 149 - L-4002 Esch-sur-Alzette.**

O/A abaixo assinado(a)

Nome: _____ Apellido: _____

Empresa: _____

Endereço particular: _____

Deseja tornar-se membro da OGB♦L.

Assinatura